

HOMOFOBIA EM ESCOLAS DO CARIRI PARAIBANO

Fabiana Farias Macedo¹
Sheylla de Kassia Silva Galvão²

RESUMO

O crescente índice de violência de gênero no Brasil, especialmente a homofobia tem despertado o interesse em pesquisar o tema, sobretudo entre adolescentes, já que, segundo dados oficiais, a faixa etária que mais sofre com esta violência está compreendida entre os 15 aos 19 anos, exatamente em Idade Escolar e período de consolidação da identidade. Esta pesquisa escolheu a escola como *locus* de coleta de dados. Desta forma, esta pesquisa, desenvolvida no âmbito do Programa Institucional de Voluntários de Iniciação Científica (PIVIC), da Universidade Federal de Campina Grande (PIVIC) teve como objetivo geral: Avaliar a existência da Violência de Gênero no ambiente escolar de três municípios do Cariri Paraibano (Coxixola, Congo e Sumé), a partir de uma pesquisa do tipo exploratória com abordagem qualitativa e utilização de técnicas de questionário, entrevista e Grupo Focal para coleta de dados, que foram analisados a luz da Teoria das Representações Sociais. Os dados indicaram o despreparo dos profissionais da educação em trabalhar a temática de gênero nas escolas, bem como revelaram o lado violento dos comportamentos padronizados pela heteronormatividade e impostos dentro da escola.

Palavras-chave: Homofobia; Violência de Gênero; Ambiente Escolar.

INTRODUÇÃO

Este trabalho é resultante da análise de parte dos dados obtidos com o desenvolvimento do projeto de Iniciação Científica: “IDENTIDADE E VIOLÊNCIA DE GÊNERO NO CARIRI PARAIBANO: homofobia no ambiente escolar”, vinculado ao PROGRAMA INSTITUCIONAL DE VOLUNTÁRIOS DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA (PIVIC), vigência 2017-2018, que compreende o período de agosto de 2017 a julho de 2018, e vigência 2018-2019, que abrange o período de agosto de 2018 a julho de 2019, desenvolvido pelo Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido (CDSA), da Universidade Federal de Campina Grande, Campus de Sumé e coordenado pela professora Dra. Sheylla de Kassia Silva Galvão e voluntária Fabiana Farias Macedo.

¹ Graduanda em Licenciatura em Ciências Sociais do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiário da Universidade Federal de Campina Grande. (fariasfabiana82@gmail.com)

² Doutora em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba. Professora da área de Ciência Política da Universidade Federal de Campina Grande. Coordenadora do Grupo de Estudos e Pesquisas em Ciência Política (GEPESCP) (skgalvao@gmail.com).

Este trabalho tem como foco a Homofobia, especialmente vivenciada no ambiente escolar, haja vista que os casos de homofobia no Brasil são cada vez mais alarmantes, chegando até mesmo a atingir pessoas que não são homossexuais, mas que para os agressores são vistas com comportamentos que não correspondem a heteronormatividade, que ainda impõe-se como padrão comportamental na sociedade atual.

Para Calaf, Bernardes e Rocha (2011), no Relatório sobre a homofobia, da Secretaria Nacional de Direitos Humanos, 16% dos casos de violência de gênero registrados no Brasil atingem diretamente jovens compreendidos na Faixa Etária de 15 a 19 anos. Tendo em vista que essa é uma Faixa Etária em que esses jovens ainda estão, ou deveriam estar, no Ensino Médio surgiu a necessidade de investigar a respeito desta violência e sobre seus mecanismos de coibição por parte da sociedade.

Assim, conforme dados de pesquisa realizada por Silva (2014), aponta a violência de gênero no ambiente escolar, especialmente contra a população Transgênera como um elemento presente e preocupante no ambiente escolar, refletindo, assim, uma tendência de toda a sociedade brasileira com relação a aceitação, naturalização e promoção da violência de gênero.

Diante da perspectiva de direitos, especialmente criada a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei. 8.069, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Escola assumiu uma importância singular na construção da noção de Direitos e de promoção da igualdade entre os cidadãos, sobretudo quando dialoga e discute a respeito de temáticas importantes para o convívio em sociedade. A Escola também funciona como local de execução de políticas públicas implementadas pelo Estado, que visam assegurar a integridade física e mental de crianças e adolescentes, consideradas pessoas em desenvolvimento, especialmente as que sejam vítimas de qualquer tipo de violação de seus direitos. Violação esta praticada por qualquer pessoa ou instituição.

A justificativa da pesquisa e relevância do projeto se deve ao fato do CDSA situar-se numa região composta por 29 municípios, o Cariri Paraibano, e que, antes da instalação do CDSA, não dispunha de pesquisas a respeito da situação sociohistórica local, o que impossibilita a realização de diagnóstico situacional da região e a, conseqüente, formulação de políticas públicas que possibilitem o desenvolvimento da região.

A população do Cariri Paraibano é de 183.176 pessoas, segundo Censo realizado pelo IBGE (2010) e a população total da Paraíba é de 3.766.528 pessoas, sendo 1.128.646 destas formadas por crianças e adolescentes, o que constitui mais de 1/3 da população do estado.

A escolha da Escola, como ponto de análise das políticas sociais voltadas para infância e adolescência no Brasil, justifica-se por ser esta instituição responsável pela socialização das pessoas, especialmente crianças e adolescentes, compreendidos na classificação de em Idade Escolar. Em outras palavras, a Escola é o *locus* de formação do indivíduo, o local em que os sujeitos passam os primeiros 20 anos de sua vida, em média.

Outro elemento relevante é que desde a década de 1990 a orientação sexual é proposta como tema transversal pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), e com isso a Escola passa a possuir amplo respaldo para discutir sobre a questão da sexualidade, tendo em vista que esse assunto se torna muito importante para formação e desenvolvimento dos seres humanos, além de proporem como meta para os alunos que concluem o Ensino Médio que os mesmos sejam capazes de ter atitudes respeitadas frente às diferentes expressões sexuais, bem como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2016), também apresenta como missão da Sociologia no Ensino Médio ensinar aos alunos a desenvolverem uma leitura crítica sobre fenômenos como intolerância, preconceitos, estereótipos e estigmas.

O nosso projeto de pesquisa, também, tem como elemento metodológico a escuta e registro da opinião dos alunos com relação ao preconceito contra a população LGBT e sobre a postura dessas escolas com relação a essa temática para que, a partir das informações passadas pela Escola e das informações e experiências vividas e relatadas pelos alunos, possamos verificar, no caso da existência de políticas e/ou programas de conscientização e combate à homofobia, a eficiência dessas políticas e programas, bem como, verificar se verdadeiramente existem e são levadas a sério na prática.

Assim, acreditamos que, a partir de tal diagnóstico dessas escolas, será possível promover políticas de conscientização e de combate à homofobia de modo particular nas escolas, o que conseqüentemente irá formar uma sociedade mais consciente e que seja capaz de respeitar o outro com suas diferenças. E na hipótese de já existir medidas de combate a homofobia que sejam postas em prática nessas escolas, poder aprimorar tais medidas de modo que possam alcançar outras escolas circunvizinhas, e mais, ir para além das escolas e alcançar toda a população do Cariri Paraibano, pois os casos de homofobia não ocorrem apenas nas ruas, nas escolas ou em estabelecimentos públicos, mas em suas próprias casas e pelos seus próprios familiares.

Para Ribeiro (2006), ao anunciar sua homossexualidade, mais de 50% dos adolescentes receberam uma reação negativa da família. Destes, 66% afirmaram sofrer violência verbal e até física. Mais de 50% dos adolescentes gays afirmaram abusar de substâncias nocivas (cigarros, álcool e drogas) para amenizar esse tipo de

mal-estar. Em conclusão a esse a esse assunto, o que se pode perceber, é que: em todo o mundo as vítimas da homofobia, têm um ponto em comum: são em sua maioria do sexo masculino, numa proporção que chega a 6 pra 1. Pesquisa feita pela UNESCO sobre homofobia nas escolas parece apontar para uma explicação: meninos tem muito mais preconceito contra a homossexualidade de outros meninos do que as meninas – e também são muito mais propensos a agredirem seus colegas homossexuais, até mesmo como demonstração de masculinidade, num rito de passagem machista e sexista, que valoriza a discriminação. Para Aquino (2007), os fatores sociais são em geral visos como os que criam os ambientes psicológicos e biológicos. Os fatores sociais são em geral vistos como os que criam os ambientes nos quais os fatores psicológicos predispõem a pessoa ao suicídio. (TERAPEUTA FELIPE, <http://www.recantodasletras.com.br/artigos/3152810>).

Esta pesquisa caracteriza-se por ter abordagem qualitativa e ser do tipo exploratória, com utilização de técnica de questionários, entrevista e Grupo Focal para identificação dos problemas enfrentados nas Escolas com relação a Homofobia.

Os principais resultados encontrados, até o momento, revelam que a escola não está preparada para abordar o tema da identidade e da sexualidade de gênero e, conseqüentemente, não consegue combater ou coibir a ocorrência de homofobia.

METODOLOGIA

A abordagem utilizada na pesquisa é qualitativa e se caracteriza por ser do tipo exploratória com utilização de técnicas de questionário, entrevistas e Grupo Focal para na coleta dos dados, realizadas com os agentes da escola (direção, professores e alunos).

Na análise dos dados, este trabalho se acostou na Teoria das Representações Sociais (MOSCOVICI, 2013). Assim, partindo da ideia de que as representações sociais são construídas dentro de um processo coletivo de difusão de informação. As representações sociais estão ligadas a sistemas de pensamento mais largos, ideológicos ou culturais, e a um estado de conhecimento científico. As instâncias institucionais, os meios de comunicação midiáticos ou informais intervêm na sua elaboração, por meio de processos de influência social.

Todos os procedimentos de coleta de dados foram realizados mediante a aceitação expressa no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, seguindo indicação de cumprimento dos procedimentos éticos dispostos na Resolução 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, que trata da pesquisa envolvendo seres humanos.

DESENVOLVIMENTO

Ao longo do tempo, as teorias de gênero buscaram explicar e explicitar os mecanismos sociopolíticos de dominação que situam os seres humanos em posições de dominação e subordinação de acordo com suas premissas socioculturais e as características anatômico-fisiológicas que permeiam as relações de sexualidade, consolidando, assim, o gênero como categoria analítica (SCOTT, 1990) e como elemento socialmente construído, não apenas apontando a diferenciação sexual como mecanismo desta dominação.

Assim, o gênero possui uma dimensão muito maior que o sexo e permite que análises científicas sejam elaboradas partindo da premissa de que para sua construção, o gênero pressupõe uma análise de elementos como a cultura, a política, a economia, a família, entre outros.

Inicialmente os Estudos de Gênero surgiram nas Universidades dos Estados Unidos, juntamente com os Estudos Raciais em decorrência dos fortes protestos ocorridos especialmente na década de 1960 e tinham como principal foco fundamental a luta teoricamente a luta por direitos e pela igualdade de gênero e de cor.

No Brasil, o movimento de consolidação e desenvolvimento dos Estudos de Gênero ocorreram de forma inversa ao movimento americano. Primeiramente foram as professoras/pesquisadoras nas Universidades brasileiras que desencadearam a necessidade de estudar a temática. Depois estas pesquisas serviram de aporte para que o Movimento Feminista se dotasse de argumentos para suas pautas a respeito da igualdade entre os gêneros e o próprio reconhecimento da mulher como categoria analítica e específica de análise das questões sociais conflituosas como a violência ou as relações desiguais de trabalho, por exemplo.

(...) o feminismo contou desde sua origem com expressivo grupo de acadêmicas, a tal ponto que algumas versões de sua história consideram que o feminismo apareceu primeiro na academia e, só mais tarde, teria se disseminado entre mulheres com outras inserções sociais. As acadêmicas, por sua maior exposição a ideias que circulam internacionalmente, estavam numa posição privilegiada para receber, elaborar e disseminar as novas questões que o feminismo colocara já no final da década de sessenta nos países capitalistas avançados. Assim, quando o movimento de mulheres no Brasil adquire visibilidade, a partir de 1975, muitas das suas ativistas ou simpatizantes já estavam inseridas e trabalhavam nas universidades. (HEILBORN e SORJ, 1989, p.186).

O que se indica é que a resistência feminina assumiu um papel transformador contra um discurso masculino e moralizador de um sistema bem típico da nossa herança cultural, o patriarcalismo, que acaba por instaurar modelos de comportamentos ligados ao gênero e a

imposição destes modelos acontecem, muitas vezes, de forma violenta, como no caso da Homofobia.

Contudo, a articulação dos Movimentos Sociais, especialmente do Movimento Feminista e do Movimento de Gays e Lésbicas, inicialmente, depois o Movimento LGBTQI tem evidenciado a necessidade de ampliação dos espaços de debates a respeito da temática, especialmente no tocante a questão ao acesso e garantia dos Direitos Civis, as chamadas Liberdades Individuais. Estes debates tem demonstrado as diversas formas de expressão da sexualidade e da construção da identidade de gênero muito mais atrelada às questões socioculturais do que as questões biológicas.

As muitas formas de fazer-se mulher ou homem, as várias possibilidades de viver prazeres e desejos corporais são sempre sugeridas, anunciadas, promovidas socialmente (e hoje possivelmente de formas mais explícitas do que antes). Elas são também, renovadamente, reguladas, condenadas ou negadas. Na verdade, desde os anos sessenta, o debate sobre as identidades e as práticas sexuais e de gênero vem se tornando cada vez mais acalorado, especialmente provocado pelo movimento feminista, pelos movimentos de gays e de lésbicas e sustentado, também, por todos aqueles e aquelas que se sentem ameaçados por essas manifestações. (LOURO, 2000, p. 07)

Uma instância importante para o desenvolvimento destes Contra-Poderes é a Escola, que funciona como elemento de transmissão do conhecimento e de construção do indivíduo. Não podemos esquecer que o conhecimento é o resultado do acúmulo de tudo o que é produzido por uma determinada sociedade e reflete sua maneira de pensar e agir. Assim, a Escola funciona como mecanismo de reprodução das ideias, noções e costumes adotados por uma sociedade enquanto espaço de consolidação de uma nação.

Para Althusser, o sistema escolar encarrega-se em reproduzir relações de exploração, reforçando uma crise sem precedentes, com um discurso oculto, que subjuga seus agentes por tempo significativo e no caso, na escola, obrigatório, inculcando aspectos reprodutores das forças de exploração; com enfoque crítico reprodutivista, o autor determina o papel da educação por ações de base econômica, que estão fora do contexto da própria educação, demonstrando nestas perspectivas a interpelação dos indivíduos. (RIBEIRO, 2012, p. 85).

As relações entre conhecimento teórico e prático é vivenciado na Escola, para além da instrução formal e do currículo obrigatório. O conhecimento apreendido na Escola diz respeito a internacilização de normas e leis de conduta do indivíduo, de forma a assegurar a manutenção do *Status Quo*. No entanto, é também na Escola que a possibilidade de reflexão sobre a condição humana é acessada. Espaço em que as várias manifestações do pensamento, do conhecimento e das identidades se misturam numa arena ativa de ideias e ações.

Nesta perspectiva, aparece a questão da Homofobia como elemento de conflitos no ambiente escolar, sobretudo num período de formação das identidades de gênero, bem como das personalidades em geral das crianças e adolescentes em idade escolar.

A sempre presente tematização das questões relativas às homossexualidades tem se feito acompanhar, ultimamente, da discussão acerca da homofobia. Com efeito, a noção de homofobia comparece com frequência nas falas cotidianas e institucionais de atores dos mais diversos setores sociais. Homens e mulheres da mídia, da educação, da cultura, da saúde, da justiça, dos movimentos sociais, entre outras áreas, vêm apontando os dedos para a questão, denunciando ou finalmente admitindo: a homofobia é um grave problema social. (JUNQUEIRA, 2012, p. 1-2).

A Homofobia é uma prática discriminatória e violenta que se expressa das mais variadas formas e nos mais variados lugares, desde a família até o Estado, de forma que envolve todos os aspectos da vida social de quem sofre diretamente com esse tipo de violência ou quem vivencia o mesmo ambiente ou a situação homofóbica.

Com esse sentido, o termo costuma ser empregado quase que exclusivamente em referência a conjuntos de emoções negativas (tais como aversão, desprezo, ódio, desconfiança, desconforto ou medo) em relação a pessoas homossexuais ou assim identificadas. Essas emoções, em alguns casos, seriam a tradução do receio (inconsciente e “doentio”) de a própria pessoa homofóbica ser homossexual (ou de que os outros pensem que ela seja). Assim, seriam indícios (ou “sintomas”) de homofobia o ato de se evitarem homossexuais e situações associáveis ao universo homossexual, bem como a repulsa às relações afetivas e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Essa repulsa, por sua vez, poderia se traduzir em um ódio generalizado (e, de novo, “patológico”) às pessoas homossexuais ou vistas como homossexuais. (JUNQUEIRA, 2012, p. 4).

Mais do que um medo inconsciente de se tornarem homossexuais, a Homofobia reflete a imposição de um modelo heteronormativo da sociedade baseado em na fixação de oposições binárias de comportamento sexual e na rigidez da identidade de gênero. Desta forma, qualquer pessoa que fuja ao padrão imposto é classificado como portador de um comportamento desviante e, portanto, ameaçador a ordem social vigente. Enquanto ameaça ao modelo hegemônico vigente, a homofobia representa um elemento de violência e de imposição de uma vontade, de um padrão sobre os demais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante a análise do dados coletados com os alunos foi possível a elaboração de oito categorias analíticas que servem para a estruturação dos dados e para a compreensão do fenômeno estudado.

Ilustraremos cada categoria com trechos das falas dos alunos entrevistados a respeito da homofobia na escola³.

1. Formação de categorias identitária para cada grupo

“Os Homossexuais olham pra quem é bi, trans, ou lésbica de uma forma diferente, até porque cada um é pertencente a um grupo diferente. São existentes os grupinhos, não dizendo que dentro desses grupos não podem existir amizades entre pessoas pertencentes a esses outros grupos.” (Ana, 17 anos)

Segundo Silva (2014), os grupos de travestis pesquisados utilizavam a estratégia de sempre andar em grupo, nunca sozinho na escola, como um mecanismo de proteção contra a violência.

A formação de grupos por parte dos homossexuais na escola constitui um fato comum aos demais. Tanto hetero como homossexuais formam grupos. Este comportamento está muito mais vinculado a um padrão de socialização comum aos adolescentes e ao ambiente escolar, do que uma característica do comportamento dos homossexuais na escola.

No entanto, cabe ressaltar que a formação de grupos tem um duplo papel na socialização, ao passo que possibilita ao sujeito uma proteção contra as violências sofridas, pois este já não está só, ao mesmo tempo que contribui para a consolidação da identidade individual do sujeito no grupo a que pertence e coletiva do grupo dentro da escola. Assim o grupo cria uma identificação própria, distinguindo-se dos demais.

2. Protagonismo da Escola

“A escola ainda é bem fechada para o debate de gênero, a única coisa que se têm lá criada recentemente é uma eletiva que aborda a temática gênero no geral, mais essa eletiva é restrita apenas para 30 pessoas” (Gabriel, 17 anos)

Apesar dos Parâmetros Curriculares Nacionais estabelecerem o debate sobre gênero, esta não é uma iniciativa oficializada nas escolas seja porque a escola não dispõe de professores especializados para trabalhar esta temática seja porque a escola também é um ambiente de conflito e poder em que as ideologias dos sujeitos são expressas por meio do

³ Visando manter o anonimato dos participantes da pesquisa, os nomes foram substituídos por nomes fictícios.

consentimento ou da refutação de certos comportamentos, bem como a adoção ou não de práticas pedagógicas emancipatórias ou reacionárias.

O posicionamento político e partidário da direção da escola orienta as ações pedagógicas implementadas na escola, assim como a orientação religiosa que a direção e os professores também determina se a temática de gênero será abordada ou não.

Com relação a abordar a temática, a análise dos dados preliminares demonstrou que além de não se sentirem preparados para trabalhar a temática, direção e professores associam o gênero com a homossexualidade. Então, falar de gênero na escola, num período de formação das identidades e da personalidade dos sujeitos como no caso da adolescência, é incentivar ou despertar a adoção do comportamento homossexual.

3. A não formação ou o despreparo dos profissionais de educação e da gestão

“Eu acho que o preparo dos professores pra agir numa situação assim (de preconceito ou discriminação), é zero, zero. Na minha escola, pelo menos, assim... quando se trata de passar o conteúdo eu não reclamo de nenhum professor, mas se for pra agir numa situação dessas eles não vão ter preparo, eles não tem e nem vão agir, o máximo que eles podem fazer, é tipo, se tá acontecendo uma coisa dessa na sala, eles vão dá um “carão” (Fábia, 16 anos e Daniela, 15 anos).

A escola não deixa de refletir os posicionamentos políticos, culturais e religiosos dos sujeitos envolvidos. Mas também funciona como um elemento de reprodução do sistema de dominação vigente, em que os comportamentos do dominador e do dominado são ensinados e reificados. (Althusser, 1985).

4. A não geração de uma demanda visível, oficial, pois de antemão os alunos já sabem que a gestão não vai contemplá-los.

“Não levamos certas questões para a direção da escola, pois sabemos que não vamos ser atendidos. Quando jogaram suco em mim na hora do lanche, pelo o fato de terem me visto na rua beijando um menina, nem comuniquei a direção pois sei que não ia adiantar nada”. (Maria, 17 anos)

“Dá mesma forma quando me chamam de gay, bicha e várias outras coisas não digo nada a diretora pois sei que não vai dá em nada também” (Gabriel, 17 anos).

A negativa e não visualização por parte da direção, de professores e dos funcionários da escola das demandas geradas por grupos, que podemos considerar como minorias, contribui para que a violência de gênero se consolide como um elemento constituinte da escola, já que sua naturalização incorpora esse comportamento ao ambiente escolar.

5. Relação direta do profissional com o tema que ele trabalha em sala de aula.

“Os dois professores que deram essas aulas eles são homossexuais, um é (eu acho que pode chamar de travesti), trans, transexual, e o outro não é só homossexual, mas se veste como homem, então eu acho que pra eles, eu não vou julgar e dizer que foi uma coisa pessoal, mas pra eles eu achei que fosse importante explicar isso na sala de aula”.
(Fábia, 16 anos e Daniela, 15 anos)

6. Mulheres aceitam mais a homossexualidade do que homens.

“Mulheres são menos preconceituosas do que os homens, até porque na maioria dos casos o melhor amigo de uma mulher é gay, eu por exemplo; meu melhor amigo é gay. Os homens são mais “amostrados” ficam tirando ondas e ainda falando palavrões, faltando com respeito. Eles sentem necessidades de mostrarem que são os caras e querem sempre estarem por cima”(Gabriel, 17 anos)

Segundo os dados coletados até o momento, a heteronormatividade é mais facilmente adotada como um padrão comportamental por parte dos meninos do que pelas meninas. Os meninos reproduzem o preconceito e a violência com mais facilidade do que as meninas. Assim, em fase seguinte da pesquisa, podemos refletir a respeito desta facilidade de introjeção e adoção de padrões por parte dos meninos e por meninas. Algumas questões surgem inicialmente a respeito dos dados, como por exemplo: Por que isso ocorre? Que elementos possibilitam este fenômeno?

Ao lado desta reflexão, os dados desta pesquisa também apontam para a necessidade de ampliação do estudo de dois outros elementos, a saber: 1. As diferenças de tratamento entre gays de classes sociais diferentes e, 2. As consequências do *Bullying* homofóbico na escola.

7. O preconceito está presente na vida de todos de forma direta ou indireta

“Desde meu 7º ano na escola que sofro preconceito por ser lésbica, hoje no ensino médio sou vista como a “estranha” a anormal por alguns colegas e até mesmos professores, isso é difícil para mim, sabe?. Mas tento não ficar pensando nisso se não, eu perco a vontade de vim a escola” (Aluna 29, 17 Anos)

O que podemos denominar ou visualizar como preconceito, na verdade é o padrão normativo da sociedade que impõe um modelo a ser adotado no desempenho das funções femininas e masculinas. Assim, a heteronormatividade envolve todos os sujeitos inseridos em dada sociedade a ponto de não aceitar ou criar mecanismos de resistência a outros padrões comportamentais utilizados.

8. A realidade é diferente do discurso

“Quando eu tiver filhos não quero que eles escolham a sua sexualidade, se nascer homem que seja homem, se nasce mulher que seja mulher. A mídia trata como se mudança de sexo fosse algo normal, mas não é”. (Aluno 33, 18 Anos)

“Não tenho nada contra gays, mas prefiro não me misturar, não é preconceito. Isso vai contra os meus princípios”. (Aluno 33, 18 Anos)

Os casos de homofobia e preconceito nunca são classificados como uma violência de gênero, são consideradas, apenas, enquanto desentendimento comum entre colegas de sala.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste trabalho algumas considerações são pertinentes no sentido de enfatizar as principais descobertas ou observações de pesquisa. Assim, podemos afirmar que as escolas, de modo geral, estão pouco preocupadas em trabalhar a diversidade e incluir a todos em sua dinâmica cotidiana, como preconizado nos marcos regulatórios da Educação Básica, a exemplo de PCNs, OCNs, BNCC e LDB, a prova disso são as três escolas pesquisadas.

Os dados desta pesquisa indicam que a invisibilidade da questão da violência de gênero, mais especificamente da violência homofóbica, se deve mais ao despreparo ou insegurança dos professores e da gestão em tratar com a questão do que realmente uma convivência com o caso.

A maioria dos professores, quase uma unanimidade, afirmou que não participou de capacitações a respeito da questão de gênero e que não se sente preparado para trabalhar esta

questão em sala de aula. A própria direção afirmou que desconhece o conteúdo do Projeto Político Pedagógico (PPP), a diretriz maior da escola.

As escolas tentam encobrir o máximo que podem os casos de homofobia existente nelas, principalmente a gestão escolar que diante desses casos, mantêm um posicionamento de silenciamento, para que não haja escândalos com os nomes das escolas, e com essa atitude sempre acabam amenizando o lado agressor e deixando a vítima do *bullyng* homofóbico desamparada.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos de Estado**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2016.

CALAF, Priscila Pinto. BERNARDES, Gustavo Carvalho. ROCHA, Gabriel dos Santos (orgs.). **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2011**. Brasília, DF : Secretaria de Direitos Humanos, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. “Estudos de Gênero no Brasil”. *In*: O que ler nas Ciências Sociais (1979-1995). São Paulo: Sumaré/ANPOCS/CAPES, 1989. Sociologia Vol. II.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas”. *In*: **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 1, n. 01, 2012.

MOSCOVICI, Serge. **Representações Sociais**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RIBEIRO, Sheila Santos Carvalho. “A Ideologia da Escola para Althusser: Definições e contraposições”. **Revista Fasem Ciências**. Vol. 2, n. 2, jul.-dez./2012

SAFFIOTI, Heleieth I. B, Rearticulando Gênero e Classe Social *In*: COSTA, Albertina de Oliveira; e BRUSCHINI, Cristina. (org). **Uma Questão de Gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para os estudos históricos. *In*: **Educação e Realidade**, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SILVA, Juliana Feitosa da. **AS CONFIGURAÇÕES DE GÊNERO NO AMBIENTE ESCOLAR**. Sumé: UFCG, 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. Licenciatura em Ciências Sociais.

TERAPEUTA FELIPE. “Violência Psicológica: enfoque na psique do homossexual”. *In*: Recanto das Letras. Disponível em: <<http://recantodasletras.com.br/artigos/3152810>> Acesso em 15/04/2017.